


BOLETIM INFORMATIVO

Núcleo Especializado de
Cidadania e
Direitos Humanos

04/dez - 05/fev
2020 - 2021



O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos apresenta as principais atividades desenvolvidas ao longo do mês, considerando os intervalos entre as Reuniões Ordinárias, realizadas sempre na primeira sexta-feira de cada mês.

Editorial: CRACOLÂNDIA

mais detalhes na
página 2 deste
informativo

A região conhecida como “Cracolândia” vem sendo objeto de constantes intervenções por parte do Poder Público, que tem negligenciado diuturnamente as pessoas que ali vivem. Com efeito, os planos da Prefeitura para a “Cracolândia” não têm contemplado atendimentos adequados ou qualquer tipo de amparo aos moradores de baixa renda que habitam os cortiços e pensões da região, tampouco têm oferecido acolhimento ou tratamento de saúde às pessoas que fazem uso problemático de drogas. Os projetos urbanísticos para a região têm se voltado, apenas e tão somente, à valorização imobiliária, sendo que as vidas que ali se encontram têm sido encaradas como meros empecilhos para que a dita “revitalização” do Centro ocorra. Por essa razão, nos últimos dois meses, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos

(NCDH), em conjunto com o Núcleo de Habitação e Urbanismo (NEHAURB), teve grande parte de sua atuação voltada a enfrentar as inúmeras violações de direitos humanos ocorridas na região, buscando proteger os direitos das pessoas que ali habitam. Além da presença no território – que possibilitou atendimentos individuais e coletivos, bem como colheita de provas para fundamentar pedidos feitos em juízo, os coordenadores do NCDH participaram de diversas reuniões para articulação com outros atores a fim de atuar de forma mais qualificada na região, bem como formulou pedidos no bojo de uma ação judicial que tramita desde 2015, em que demonstrou o descaso do Poder Público, cuja presença na região ocorre apenas por meio da força policial, não havendo qualquer equipamento ou mesmo agente de saúde ou de assistência social no local.



Fotos da inspeção realizada, no dia 19 de janeiro, pelo NCDH e NEHAURB, nas ocupações da região da Cracolândia

Reuniões

Mesmo antes da operação de bloqueio noticiada, o NCDH já estava acompanhando de perto o agravamento das situações de violação de direitos na região da Cracolândia. Foram realizadas diversas reuniões de articulação e discussão sobre o território: com a Comandante Geral da Guarda Civil Municipal Metropolitana (09/12), com a Comissão de Direitos Humanos da OAB (11/12), com vereadora da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal (15/12) e com o Fórum Regional de Defesa das Crianças da Sé (18/12).

Decisão de Suspensão dos Bloqueios

No dia 18 de dezembro de 2020 a Prefeitura de São Paulo realizou operação na região da Cracolândia com o objetivo de interditar duas quadras e dar seguimento às demolições no local. Ignorando que centenas de pessoas ainda habitam os imóveis destas quadras e que nelas circulam pessoas em situação de rua em condições precárias de saúde por conta do uso problemático de drogas, a PMSP colocou tapumes que impediam a livre circulação pela região e dificultava o acesso dos moradores às suas residências. Após visita in loco e pedido dos defensores públicos dos Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos e de Habitação e Urbanismo, houve decisão judicial determinando a suspensão dos bloqueios nas ruas e que a Prefeitura se absteresse de ações que dificultassem o acesso dos moradores aos imóveis da região. [Confira a íntegra da decisão.](#)

[Confira os fatos noticiados na mídia.](#)

Confira a decisão [noticiada no G1](#) e [no SBT](#).

CRACOLÂNDIA

Ao longo de 2020:

1. VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS POR PARTE DA PREFEITURA

Dezembro de 2020:

2. REUNIÕES COM A GCM, CÂMARA MUNICIPAL E COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB

22 Jan. 2021:

7. ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA QUE VIVE NA REGIÃO

18 Dez. 2020:

3. 1ª INSPEÇÃO NOS IMÓVEIS DAS QUADRAS 37 E 38

18 Dez. 2020:

4. PEDIDO DA DEFENSORIA PARA PARA SUSPENDER BLOQUEIOS

18 Dez. 2020:

5. DECISÃO JUDICIAL ACOLHENDO OS PEDIDOS DA DEFENSORIA

19 Jan. 2021

6. 2ª INSPEÇÃO PARA VERIFICAR CUMPRIMENTO OU NÃO, PELO MUNICÍPIO, DAS OBRIGAÇÕES QUE LHE FORAM IMPOSTAS JUDICIALMENTE

IDENTIFICADO O DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL

Inspeção

No dia 19 de janeiro de 2021 foi realizada inspeção na região da Cracolândia com objetivo de identificar a quantidade e o perfil das famílias que ainda estão residindo nos imóveis das quadras 37 e 38. Da equipe do NCDH participaram do atendimento os coordenadores Davi Quintanilha e Fernanda Balera, o sociólogo Wilherson Carlos Luiz e dois estagiários, Guilherme Montanha e Maria Carolina Gachido. Da equipe do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo participaram o Defensor Rafael Negreiros Dantas de Lima e duas estagiárias, Ana Paula dos Santos e Jurema Aparecida Cavalcante. Com as inspeções, foi constatado que a Prefeitura segue descumprindo a decisão judicial, continuando com as demolições, desapropriações e bloqueios na área, o que foi devidamente noticiado ao juízo. [Clique aqui para ter acesso à petição.](#)





CRACOLÂNDIA

Atendimento Itinerante



No dia 22 de janeiro de 2021, o NCDH organizou e realizou atendimento itinerante para a população em situação de rua na região da Cracolândia. Foram realizados cerca de 80 atendimentos com demandas ligadas à área de família, cível, regularização de documentos, pendências criminais e benefícios assistenciais. O atendimento contou com a participação do Coordenador do Núcleo, Davi Quintanilha, do Agente Wilherson Carlos Luiz, sociólogo do Núcleo, bem como com a participação do 1º Subdefensor Público-Geral, Rafael Pitanga, do Defensor Eduardo Fontes e da Defensora Juliana Miele.

VIOLÊNCIA POLICIAL

Reuniões e Articulações

Nos meses de dezembro e janeiro o NCDH participou de diversas reuniões para discutir temas relacionados à violência policial. No dia 14/12/2020, foi realizada reunião com a Procuradoria Geral de Justiça (MPSP) e Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio sobre controle externo da polícia. Em 16/12/2020 foi realizada reunião com a Administração da DPE/SP, Núcleos Especializados e Rede de Proteção ao Genocídio para tratar do atendimento às vítimas de violência policial. Em 21/01/2021 ocorreu reunião com o Sou da Paz, Promotoria de Direitos Humanos do MPSP, Conectas, Plataforma Brasileira para uma Nova Política de Drogas e Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP para tratar da campanha da Rede de Proteção sobre o afastamento de policiais envolvidos em ocorrências letais. Para saber mais sobre a campanha, clique [aqui](#).





VIOLÊNCIA POLICIAL



Armas de fogo



Em 15 de dezembro de 2020, o NCDH participou de reunião com o Instituto Sou da Paz para debater estratégias de intervenção na política de flexibilização do acesso às armas de fogo do Governo Federal, inclusive no que tange à incidência no Supremo Tribunal Federal.

Em cooperação com o NCDH e o NUDEM, o Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS) foi admitido como *amicus curiae* na ADPF 772, proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). A ação trata da inconstitucionalidade da Resolução nº 126/2020 que zerou a alíquota do Imposto de Importação de revólveres e pistolas e pode ter como efeito o aumento dramático da circulação de armas de fogo. [Confira o pedido de amicus curiae aqui.](#)



Tratando do pedido de ingresso como *amicus curiae* feito pelo GAETS na ADPF 772, no dia 03 de fevereiro foi publicada matéria na Folha de São Paulo intitulada "Sou da Paz e defensores públicos pedem para ingressar em ação no STF contra Bolsonaro por redução de tarifa de importação de armas". [Clique aqui para acessar a matéria.](#)

Também sobre a flexibilização do acesso às armas no país, no dia 04 de fevereiro, o Estadão publicou artigo de autoria das Defensoras Públicas Fernanda Penteado Balera e Nalida Coelho Monte que aborda as ações em andamento no STF que questionam a constitucionalidade das medidas do Governo Federal nessa temática. [Clique aqui para acessar o texto.](#)

Litigância estratégica



O NCDH apresentou petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos buscando a condenação do Estado Brasileiro por violência policial. Na petição apresentada foi narrado o caso de dois jovens executados pela polícia militar em 2014 após uma abordagem ocorrida no momento em que iriam realizar uma pichação. Os policiais foram absolvidos sumariamente pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que considerou as vítimas como "marginais" ([Confira](#)).

Na petição, além da responsabilização dos policiais envolvidos e do pagamento de indenização aos familiares, o NCDH pede a condenação do Estado Brasileiro a implementar medidas estruturais necessárias a reduzir ou eliminar os índices de letalidade, tais como melhor capacitação dos policiais, alterações legislativas que permitam a investigação transparente e imparcial das ocorrências envolvendo crimes praticados por policiais e elaboração de um plano de formação continuada para membros do Poder Judiciário que contemple a proibição de analisar os casos com base em fórmulas estereotipadas sobre as vítimas e que vise a conscientização sobre a necessidade de avaliar adequadamente a ação da polícia e sua conformidade com o que preconiza a Constituição Federal e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, dentre outras. [A íntegra da petição pode ser acessada aqui.](#)



SAÚDE: CANNABIS MEDICINAL

Judicialização
no acesso ao canabidiol

ESTRATÉGIAS

1. Ação solicitando o custeio do tratamento pelo plano de saúde (em caso de negativa de cobertura de Canabidiol)

2. Ação solicitando o fornecimento do medicamento pelo SUS

3. Impetração de HC preventivo para cultivo doméstico

é a estratégia utilizada por este Núcleo

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC 327/2019

Regulamentou a fabricação, comercialização e importação de produtos derivados de Cannabis para fins medicinais

CANABIDIOL DA PRATI-DONADUZZI

PRIMEIRO E ÚNICO A RECEBER A AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA DA ANVISA



DESVANTAGENS

- IMPOSSIBILIDADE DE CONTROLAR A CONCENTRAÇÃO E OUTROS FATORES QUE INFLUENCIAM NA EFICÁCIA DO ÓLEO
- PRODUTO INDUSTRIALIZADO

VANTAGENS

- PRODUÇÃO DO ÓLEO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES MÉDICAS DO PACIENTE
- PRODUTO NATURAL E VOLTADO À QUALIDADE
- NÃO GERA CUSTOS AOS COFRES PÚBLICOS

Apesar do cultivo para fins medicinais ainda não ter sido regulado pelo Executivo, ele é permitido desde 2006



ART. 2º, § ÚNICO
LEI 11.343/2006

total de salvo condutos obtidos no Brasil até ago./2020

95

fonte: BBC News

única associação autorizada a cultivar no Brasil



PL 399/2015

está em tramitação e visa regularizar o cultivo da Cannabis medicinal e do cânhamo industrial

o texto, entretanto, não prevê o plantio doméstico, apenas por PJs, governo e associações

POR MARIA CAROLINA GACHIDO

Concessão de salvo-conduto

Em 17/12/2020 foi concedida ordem em HC impetrado pelo NCDH permitindo o cultivo de "Cannabis Sativa" para fins medicinais por paciente portadora da doença de Crohn, com diagnóstico de fibromialgia e artrose nos quadris. O medicamento que fora prescrito e cuja importação é autorizada pela ANVISA é de inviável aquisição pela assistida em razão dos altos custos. Assim, o direito à saúde da assistida foi garantido pelo TJSP ao permitir o plantio da "Cannabis", após parecer favorável da D. Procuradoria de Justiça.

[Confira o pedido de Habeas Corpus.](#)

[Confira o parecer do Ministério Público.](#)

[Confira a decisão.](#)

Retrospectiva da Cannabis no Brasil em 2020

23/01/2020
Aprovação, pela ANVISA, de simplificação da burocracia para importação de produtos à base de Cannabis Sativa

10/03/2020
Entrada em vigor da Resolução 327/2019 da ANVISA, sendo liberada a venda de produtos à base de Cannabis no Brasil

02/12/2020
Retirada, pela ONU, mesmo com voto contrário do Brasil, da Cannabis Sativa do Anexo IV da Convenção Única sobre Entorpecentes (lista de drogas consideradas mais perigosas), ao reconhecer seu potencial terapêutico

02/06/2020
Aprovação, pelo RJ, de lei estadual (nº 8872/2020) que permite o cultivo de Cannabis por associações de pacientes e institutos de pesquisa

SAÚDE

Reuniões

Corte de verbas na saúde

O NCDH participou de reuniões sobre o fechamento das áreas de oftalmologia e cirurgias ambulatoriais, bem como da ala de pediatria do Hospital Estadual Sumaré, administrado pela UNICAMP, que ocorreu em razão da determinação da Secretaria Estadual de Saúde de corte de 12% nas verbas para saúde. Em conjunto com o Ministério Público do Estado de São Paulo, foram realizadas reuniões com a Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde (19/01/21) e com a Diretoria Técnica de Saúde III (28/01/21).



Acessa SUS

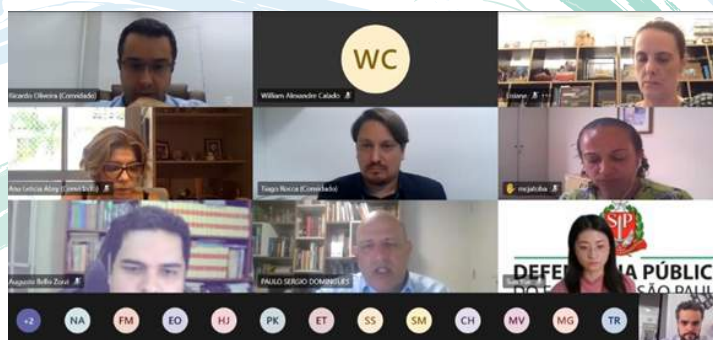
Dando prosseguimento à expansão do programa Acessa SUS, conforme já noticiado no [Boletim Informativo anterior](#), o coordenador Davi Quintanilha participou de reuniões com representantes do Poder Judiciário, MPSP, Secretaria Estadual de Saúde e defensores públicos para implantação do programa nas comarcas de Ribeirão Preto (22/01 e 01/02) e Barretos (26/01).



COVID-19 - Plataforma Interinstitucional Virtual TRF 3

Em 28 de janeiro, o coordenador Davi Quintanilha e a assessora cível da DPE/SP, Sun Yue, participaram de reunião promovida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) a respeito da Plataforma Interinstitucional Virtual desenvolvida pela corte para encaminhamento de demandas relacionadas à pandemia. Na oportunidade, foram prestadas informações pelos representantes da saúde do Estado e do Município de São Paulo sobre o plano de vacinação e, com base no [Documento Técnico do Centro de Vigilância Epidemiológica do Estado](#), debateu-se sobre os grupos prioritários. Os representantes da saúde informaram que seria seguida a tabela de Grupos Prioritários conforme o Plano Federal ([Confira na pág. 22 do Plano](#)).

Na mesma oportunidade, foi também agendado diálogo para tratar da situação dos leitos hospitalares na região de Franca - o qual ocorreu em 4 de fevereiro, com a participação do colaborador do NCDH Caio Granduque. Criada em maio de 2020, a Plataforma Interinstitucional Virtual do TRF3 conta com a participação de representantes de diversas instituições federais, estaduais e municipais que atuam na Justiça Federal, dentre elas a Defensoria Pública de SP.





POP RUA

Atendimento Itinerante

Foi realizado, no dia 29 de janeiro de 2021, o atendimento itinerante no Núcleo de Convivência São Martinho, no bairro do Belenzinho, zona leste de São Paulo. Foram atendidas cerca de 72 pessoas em situação de rua. Participou do atendimento a Coordenadora do Núcleo Fernanda Penteadó Balera, as defensoras Erika Ramos; Surraily Youssef e Bruna Simões, e o sociólogo do CAM, Wilherson Carlos Luiz, além das estagiárias de Direito Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido, Sabrina Lívia Dassan e Guilherme do Amaral Montanha.



Vacinação

O NCDH oficiou o Secretário de Estado da Saúde, recomendando a inclusão das pessoas em situação de rua no grupo prioritário de pessoas a serem vacinadas no Estado de São Paulo. [Clique aqui para ter acesso ao ofício.](#)

SOCIOAMBIENTAL

No dia 28/01/2021 os defensores Davi e Paulo Alvarenga participaram de reunião com Defensores dos Estados da Bahia, Goiás e Mato Grosso, para organização de evento e formação de uma comissão sobre catadores de materiais recicláveis, no âmbito do Condege e da Anadep, com vistas à elaboração de um protocolo de atuação.



EVENTOS E LANÇAMENTOS

Em 10/12/2020, o NCDH, em parceria com o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública de São Paulo (NUDEM), e com a Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (CDIDH - FDUSP), realizaram evento de lançamento da tradução das recomendações gerais do Comitê de Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, por sua sigla em inglês). O evento foi transmitido no canal do Youtube da Defensoria Pública de São Paulo. [Clique aqui para assistir ao evento](#) e [aqui para conferir a mais nova tradução](#). Confira no [Boletim de novembro de 2020](#) os links para as traduções anteriores.



No mesmo dia 10/12/2020, o NCDH realizou o evento “Defesa dos Direitos Humanos em tempos de pandemia”, que contou com a participação da Professora Deisy Ventura, do Padre Júlio Lancelotti e da advogada de direitos humanos Sheila de Carvalho, e foi transmitido pelo canal do Youtube da Defensoria Pública de São Paulo. [Clique aqui para assistir](#).

Durante o evento foi lançado o Caderno ‘Promoção, controle e garantia dos direitos humanos’ organizado pelos coordenadores do NCDH, Davi Quintanilha, Fernanda Balera e Letícia Avelar, e publicado pela Escola da Defensoria Pública do Estado (EDEPE). [Confira o Caderno aqui](#).

Em 11/12/2020, o NCDH, em parceria com o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), realizou o evento “Estudo do caso Fernandez Pietro y Tumbeiro vs. Argentina: parâmetros do Sistema Interamericano para abordagem policial”, voltado para integrantes da DPE/SP e do IDDD, que contou com a participação de Mariano Fernández Valle, da Defensoría General de la Nación Argentina, de Thiago Amparo, professor da FGV Direito SP e da FGV Relações Internacionais, e de Mariana Dias, diretora executiva do IDDD.



PARA LER, VER E OUVIR

PARA OUVIR



O episódio “Polícia com mais poder: pra quê?” do podcast “O Assunto” trata do substitutivo ao PL 4.463/2001, que introduz mudanças na estrutura da Polícia Militar, conferindo maior autonomia à polícia e diminuindo a ingerência de governadores, em clara violação ao pacto federativo brasileiro. [Clique aqui para ouvir.](#)

Lançado no dia 20/04/2019, na Netflix, o documentário Baseado em Fatos Raciais explora as razões pelas quais a Cannabis foi proibida nos Estados Unidos e porque agora, uma década depois, a planta está voltando a ser aceita. Dirigida pelo artista e apresentador Fab5Freddy, a produção se destaca por utilizar a perspectiva da música (jazz, reggae e hip-hop) para demonstrar como Cannabis foi utilizada como instrumento de uma campanha política fundada em preconceitos raciais contra a população negra e latina. Confira o [trailer oficial](#) e o [documentário](#).

PARA VER

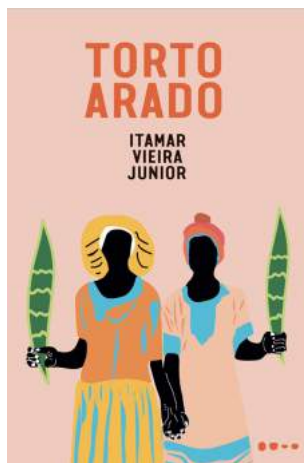


AmarElo

O documentário “AmarElo - É Tudo pra Ontem” (NetFlix), do rapper Emicida, narra a historiografia da negritude brasileira através de uma análise sociológica e uma autobiografia do cantor, usando os bastidores do show realizado no Theatro Municipal de São Paulo. Através da narrativa do cantor, explicando o fundo crítico por trás de cada canção de seu álbum AmarElo, resgata-se a história e cultura dos movimentos negros no Brasil nos últimos cem anos. Confira o [trailer oficial](#) e o [filme](#).

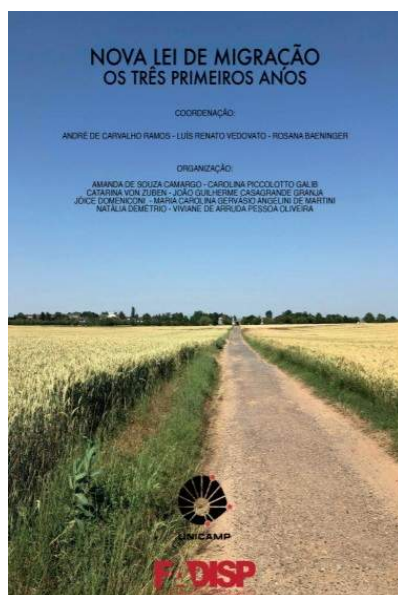


PARA LER



O livro "Torto Arado" de Itamar Vieira Junior é um romance narrado sob perspectiva feminina que percorre uma realidade vivenciada no sertão da Bahia que ainda sofre os reflexos dos tempos coloniais. A obra conta a história dos descendentes de escravizados africanos para os quais a abolição significou muito pouco, visto que ainda sobrevivem em situação análoga à escravidão. "Torto Arado" aborda a seca, a violência contra as mulheres, a concentração de renda, os latifúndios intocáveis e outros tipos de opressão no campo.

O artigo "A nova lei de migração e as defensorias públicas estaduais na efetivação de Direito de Migrante" no livro "Nova Lei de Migração - Os três primeiros anos", de autoria dos defensores Davi Quintanilha e Tatiana Belons, trata dos direitos dos migrantes e do papel que cabe às Defensorias Públicas estaduais na defesa de tais direitos. O livro pode ser baixado gratuitamente [aqui](#).



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Davi Quintanilha Failde de Azevedo
Fernanda Penteado Balera
Leticia Marquez de Avelar

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Mathias Vaiano Glens - psicólogo
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial
Geovanna de Souza Ribas - estagiária

Defensoras/es Integrantes

Adriana do Carmo Rios dos Santos
Caio Jesus Granduque José
Cecilia Nascimento Ferreira
Daniela Batalha Trettel
Fabricio Pereira Quintanilha
Gustavo Siqueira Marques
Leandro de Castro Gomes
Marcelo Dayrell Vivas
Mariana Borgheresi Duarte
Mariela Moni Marins Tozetto
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II
Rafael Alvarez Moreno
Rafael Galati Sabio
Rafael Lessa Vieira de Sa Menezes
Tatiana Belons Vieira
Tatiane Bottan
Vitor Ortiz Amando de Barros.

Advogadas Voluntárias

Giulia Novaes Poli
Larissa França Ferraz
Mariana Coimbra Carvalho
Marina de Almeida Magalhães

Estagiárias/os de Direito

Bruna Sueko Higa de Almeida
Guilherme do Amaral Montanha
João Augusto Cataldo de Toledo
João Vítor Schneider da Conceição
Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido
Maria Gabriela Soares Nuñez
Sabrina Lívia Dassin
Yhasmin Monteiro P. Moreno Leon

COMISSÃO DO BOLETIM

Bruna Sueko Higa de Almeida
Giulia Novaes Poli
Larissa França Ferraz
Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido
Sabrina Lívia Dassin
Yhasmin Monteiro P. Moreno Leon

